
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO : Reunião extraordinária	Nº: 0125/00	DATA: 01/03/00
DURAÇÃO: 1h18min	PÁGINAS : 38	QUARTOS: 16
SUPERVISORA: LETÍCIA		
CONCATENAÇÃO: LETÍCIA		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
SUMÁRIO: Discussão e votação de itens constantes da Ordem do Dia.		
OBSERVAÇÕES		
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . Há oradores não identificados. Há intervenções inaudíveis. Há expressões ininteligíveis.		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número legal, dou por abertos os trabalhos desta reunião, que é a 32ª, de caráter extraordinário. Tendo em vista a distribuição de cópias das atas da 28ª e 31ª reunião a todos os membros, consulto da necessidade da sua leitura.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Solicitamos a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Solicitada a dispensa, dispensada. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Esta Comissão recebeu ofício da ALANAC, atendendo a solicitações feita por esta CPI, quando do depoimento de seu presidente apresentando esclarecimentos. Carta da Química e Farmacêutica Nikkho do Brasil Ltda., com esclarecimentos relativos à Campanha de Valorização do Receituário Médico, onde constava distribuição de selos para análise desta CPI. Ofício 341/2000, da Receita Federal, solicitando cópias de documentos coletados em laboratórios na cidade de Uberlândia, objetivando subsidiar ações fiscais junto a contribuintes identificados como envolvidos nas investigações desta Comissão. Ofício 343/2000, da Receita Federal, encaminhando respostas aos quesitos formulados por esta Comissão relativas às importações de matérias-primas realizadas pela indústria farmacêutica — quebra de sigilo fiscal. Ofício 347/2000, da Secretaria de Receita Federal, encaminhando demonstrativo com valor total das importações e informações agregadas por país de procedência e empresa importadora — também no mesmo projeto de quebra de sigilo fiscal. Estou distribuindo requerimentos já atendidos por providências adotadas por esta Comissão, ou por estarem prejudicados em função de deliberações anteriores. Cópias destes expedientes estão sendo entregues nas bancadas de V.Exas. Informo, ainda, que estou encaminhando ao Sr. Relator, para análise, dossiê de documentos entregues a esta CPI pelo Deputado Neuton Lima, os quais lhe foram passados por pessoa não identificada. E a respeito desses documentos do Sr. Antônio Barbosa. Desejo, também, entregar à Comissão uma caixa com informações, que acabo de receber no meu gabinete, que eu não sei se vai dar pra tirar cópia pra todo mundo, com, com... do Sr. Paulo Neto, Paranarello Neto, Presidente da Panarello Distribuidora Farmacêutica, em que relaciona os roubos de cargas dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas

Gerais, Goiânia, Mato Grosso e São Paulo. Cada um tem um processo aqui e eu creio que vou distribuir a cópia aos Srs. Deputados porque será difícil tirar cópia de todos eles, não é?

O SR. DEPUTADO WERNER WANDERER - Sr. Presidente, nós estaremos amanhã, em Curitiba, exatamente vendo a questão do roubo de carga e outros problemas. Então, nós gostaríamos, pelo menos a Comissão que vai ao Paraná, pra ter acesso a esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Claro, lógico, tá à disposição da Comissão e de cada Deputado individualmente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... só um requerimento que eu tinha feito, inclusive, com o Dr. Nilson e, depois, já me entendi "olharmente" com o assessor. Obrigado, Sr. Presidente, pra pedir a cópia, pra gente poder analisar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Ainda bem que tem gente inteligente que se entende pelos olhares. Tá melhorando esta Comissão. Eu queria pedir permissão da Comissão e dos Srs. Deputados para ler rapidamente alguns requerimentos que vou encaminhar. Alguns são de medidas meramente administrativas que eu podia até tê-las adotado, mas eu não os fiz e queria tão-somente o seguinte: os Deputados que tiverem objeção é só me dizer "Tenho objeção", e eu retirarei e nós convocaremos uma outra reunião para aqueles requerimentos que nós teremos discussão. É só pra, pra facilitar o andamento do trabalho.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Antes de mais nada, pedir desculpa de interromper V.Exa., mas eu gostaria de explanar um assunto que considero importante. Na audiência de ontem com o Secretário Everardo Maciel, eu questionei em relação ao requerimento, ao ofício que V.Exa. enviou à Secretaria da Receita Federal, Ministério da Fazenda, o Ofício de número 107, que solicita, entre outras questões, as declarações de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. E na

resposta do Secretário Everardo Maciel, pelo que eu entendi, ele nos disse que ontem estava entregando à CPI esses documentos. Eu fui até a Secretaria da CPI, e lá não consta a declaração de imposto de renda de nenhum dos vinte e um laboratórios, Sr. Presidente; não consta. O que tem são algumas tabelas referentes às declarações. Mas as declarações em si, conforme nós pedimos, ainda não chegaram. Então, seria importante que V.Exa., como Presidente dessa Comissão, pudesse fazer o pleito pra que chegasse o mais rapidamente possível essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. pode me mandar uma notinha dessa observação sua?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu vou recomendar, recomendar. Peço ao Sr. Secretário da Mesa que anote as observações dos Srs. Deputados, sob pena de essa Presidência ter que fazê-lo. Peço que defira o requerimento da Deputada Vanessa, e desejo assinar essa observação hoje.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, ontem, eu fiz a mesma questão pro Secretário, e parece que tinha chegado. Talvez a Secretaria ainda não tenha aberto os envelopes trazidos pelo Secretário.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não? Porque ontem eu também levantei questão e foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Sr. Secretário da Receita Federal, entendeu, é o único órgão que, até agora, não designou ninguém pra assessorar esta Comissão, apesar de dois ofícios de minha parte e da minha ida àquela Secretaria de Receita Federal. Mas vamos reiterar os expedientes, conforme... Eu queria submeter um requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin, de 21 de janeiro, requerendo informações sobre biodisponibilidade e registros. Também submeto o requerimento da mesma Deputada, à Receita Federal, solicitando cópia das últimas declarações de renda da empresa Panarello; do Deputado Robson Tuma, requerendo do Banco Central relação de pagamento feito por importação pelos 243 laboratórios relacionados no requerimento. Deputado Sérgio Novais solicita à Secretaria de Comércio Exterior informações sobre o valor das importações de insumos farmacêuticos no período de sessenta até a presente

data; do Deputado Darcísio Perondi, solicitando parecer da Vigilância Sanitária sobre farmácias no Rio Grande do Sul; do Deputado... Mas o Deputado não está aqui, né? Do Deputado Vicente Caropreso, que solicita que a ABRAFARMA informe o nome das principais redes de farmácias e drogarias das três principais redes de distribuição de medicamentos do País; da Deputada Vanessa, do Deputados Fernando Zuppo e Sérgio Novais, solicitando informações da Receita Federal de 16/2; da mesma Deputada, Neuton Lima, Sérgio Novais, Márcio Matos, Arnaldo Faria de Sá e Arlindo Chinaglia, solicitando informações ao Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal; do Deputado Luiz Bittencourt, solicitando ao Sr. Gonzalo Vecina, Agência Nacional, provas documentais da ação de laboratórios contra a aprovação da Lei dos Genéricos; Vanessa Grazziotin e Alexandre Cardoso, solicitando cópia de todos os processos de registro de medicamentos que deram entrada desde o Ministro Jamil Haddad, no Ministério da Saúde; do Deputado Márcio Matos, requerendo junto ao Ministério da Saúde informações sobre serviços de hemodiálise e diálise peritonial; do mesmo Deputado, requer informações do CADE sobre o serviço de hemodiálise e diálise peritonial pela Sociedade Brasileira de Nefrologia; do mesmo Deputado Márcio Matos, informações junto à Receita Federal sobre se existe tratamento diferenciado na comercialização de medicamentos a laboratórios e entidades, como hospitais e etc. Requerimentos do Deputado Robson Tuma, Carlos Mosconi e Bittencourt — falo aqui de requerimentos... Aliás, vou entrar aqui nos requerimentos pendentes de votação da diligência de Uberlândia. Requerimentos dos Deputados Robson Tuma, Carlos Mosconi, Luiz Bittencourt, solicitando seja convocado a depor o Sr. Elcio Pereira Martins; dos mesmos Srs. Deputados, convocando o Sr. Helvécio Miranda Rangel; dos mesmos...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, a metodologia que V.Exa. está adotando é que, não havendo oposição, seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, eu queria ponderar aqui, indagando o eminente Deputado Robson Tuma e o Deputado Mosconi, esses cidadãos todos estão presos, né?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não? Porque a idéia, a proposta que eu iria consultar é, como tem outros fatos aqui — visita à Assembléia Legislativa de Minas, aquela diligência na Secretaria da Fazenda —, que fosse feita por uma diligência, através de uma diligência, para que não ocupasse uma sessão nossa e que os Deputados, com o Sub-Relator, fariam a colheita do depoimento...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - É, no mesmo sentido que, inclusive, eu vou acompanhar os Deputados amanhã ao Paraná. Eu, o Deputado Mosconi e o Deputado Luiz Bittencourt, desde que aprovado pela Comissão, podemos voltar a Uberlândia e ir a Belo Horizonte, sob uma diligência, e ouvir essas pessoas lá, que todos são de lá e eu acho que até facilitaria e não parariamos a Comissão aqui pra ouvi-los. Se assim entenderem, uma Subcomissão pode fazer essa diligência em Uberlândia e ouvi-los, mas pra isso eu acho que os nomes têm que ser aprovados.

(Não identificado) - Quem que é o Sub-Relator?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, eu faria a seguinte proposta: nós, evidentemente, vamos aprovar e, depois, faríamos uma ponderação, inclusive com a participação do Presidente, se a colheita seria lá ou aqui, mas já com a aprovação definida. Correto?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mesmo porque eu, ontem... Essa semana eu tenho conversado com as autoridades lá de Uberlândia, e eu e o Deputado Mosconi marcamos uma visita lá em Uberlândia e poderíamos, inclusive, nessa visita, aproveitar, mas, obviamente, sempre designado pelo Relator e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu ia submeter esses requerimentos com a sugestão de que nós fizéssemos uma sessão única e os ouvíssemos aqui. Agora, se V.Exas. retiram os (*ininteligível*), então, eles deixam de existir pra examinar uma outra proposta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu não posso retirar, Sr. Presidente. Podemos fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Porque nós podíamos ouvir todos eles aqui. Penso que nós já temos subsídios e trariamos essas pessoas. Eu não tenho nenhum problema. Quanto às diligências em Minas Gerais, seriam outras providências diferentes, não é? Eu acho que...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu até, quando o Deputado Ney Lopes pediu a palavra, eu havia pedido pra fazer uma sugestão no mesmo sentido. Nós estamos com o nosso prazo se esgotando — inclusive, ontem, apresentei um requerimento propondo a prorrogação —, e acho que nós deveríamos restringir ao absolutamente necessário, em termos de audiências públicas, daqui em diante pra que nós possamos nos aprofundar na análise de documentos. Eu queria propor que estas, os cinco requerimentos sejam votados, sim, mas para serem ouvidos numa Subcomissão, coordenada pelo Relator do assunto, que possa fazer ou aqui ou em Uberlândia. Eu até concordo com a idéia de já aproveitar a mesma ida a Minas e fazer lá, mas não o Pleno da Comissão, mas por uma Subcomissão com o Sub-Relator da área.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, acho que o importante é aprovar e, posteriormente, nós marcaremos a data com V.Exa. e o lugar, se vai uma diligência ou se vai ser aqui. O importante eu acho que é avançar, aprovar e, posteriormente, V.Exa., como Presidente, decide se é uma Subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu não quero ficar com essa responsabilidade. Nós vamos aprovar, então, e ouviremos depois, porque eu considero essa demora, inclusive, em botar em votação se deveu aos trabalhos da Comissão e também que os Srs. Deputados aprofundassem os conhecimentos pra fazer uma interlocução com essas pessoas mais importantes. Como estão chegando a quebra de sigilo bancário e fiscal e telefônico dessas pessoas, só agora se tornaria oportuno esta oitiva, né? É isso que se diz mesmo, né?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu deixo... Vamos considerar aprovado. Há alguns requerimentos aqui que são de providências administrativas que eu estou tomando. Considero, pois, todos aprovados para uma decisão posterior, todos os doze requerimentos formulados pelos nobres Deputados Robson Tuma, Carlos Mosconi, Luiz Bittencourt, que integraram aquela diligência em Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós temos ainda alguns requerimentos aqui. Ah, eu desejaria dizer ao Deputado Magela que, quando eu recebi, ontem, o requerimento subscrito por S.Exa. e mais vários Srs.

Deputados, eu já havia oficiado ao Presidente, por ser também competência minha, fazendo, pedindo a prorrogação desta Comissão por mais vinte dias, aliás, dois meses, sessenta dias. Já está protocolado (*ininteligível*). Eu tenho mais alguns requerimentos que eu considero pacífico, do Sr. Deputado Vicente Caropreso, solicitando o processo que tramita em caráter sigiloso na SDE, sobre medicamentos e indústrias de medicamentos e materiais hospitalares; da Deputada Vanessa... Ah, não, esse já tá respondido. Eu até já... No bloco dos demais, no Bloco 1, que eu já vou retirar porque... No Bloco 2, demais requerimentos: Deputado Darcísio Perondi, nº 47, convidando a comparecer, nesta Comissão, o Sr. George Alleyne, Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde. Há um mesmo requerimento, de nº 71, solicitando comparecer a doutora...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não está dando para acompanhar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Tem que acompanhar pela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A Secretaria faz umas enormes confusões, passa para mim uns e passa para os senhores outros, entendeu?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Cópia de outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É o Bloco 3-B. A cada noite sai alguma coisa diferente, e o Presidente não é informado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não tem 3-B. Tem 3 e 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas o B tá embaixo, o B tá embaixo. Desculpe. É o 3 limpo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ah, achei, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É o 3 limpo e, embaixo, o B.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou pedir... Eu lamento, profundamente, que eu não tenha tomado conhecimento, Sr. Secretário.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não tá no roteiro não. Não tá no roteiro não. O senhor me (*ininteligível*) onde é que o senhor botou aqui na minha mesa. Bem, de qualquer forma, é o 47 desse Bloco C, que solicita o

diretor da Organização Pan-americana de Saúde. O Deputado Perondi tem dois requerimentos, e eu tô propondo que se ouça esse Dr. George Alleyne, não é?

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) - É o 3-B.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu espero que eu não tenha incorrido em mais uma informação incorreta, induzido pela assessoria.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O 3-B 47 é um requerimento do Deputado Arlindo Chinaglia, não é isso? Trocaram a capa do senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero que os senhores, por gentileza, houve essa confusão lamentável, que eu lamento profundamente, não é, mas eu diria: o texto é esse, convidando o Dr. George Alleyne, Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde. Como essa pessoa parece que estaria por estar, estaria no Brasil...

(Não identificado) - Dia 16 está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...dia 16, então, eu proporia que a gente tentasse fazer um contato pra recolher o depoimento. Eu estou também propondo o nº 50, dos Deputados Fernando Zuppo, Arnaldo Faria de Sá e Robson Tuma, sejam enviados ao Instituto Lutz três frascos dos produtos Derm-'Active, Creme de Celulite, para serem analisados. É uma medida administrativa. Eu acho que não há nenhum problema. Requerimento do Sr. Deputado Darcísio Perondi, solicitando sejam convocados representantes das Distribuidoras Panarello, Santa Cruz e Farmed para deporem aqui. Tem outros requerimentos requerendo a Panarello. Como nós recebemos esses documentos agora, eu não sei se não seria bom a gente fazer de uma vez. Adiar? Porque nós não estamos, vejam... Tem um outro requerimento aqui solicitando a convocação, e eu chegarei lá, do Presidente da Associação dos Distribuidores. Vejam que esta CPI não ouviu distribuidor nenhum. Nós precisamos entrar nessa matéria, não é? Então, eu acho que esse requerimento vem juntamente com outros, entendeu, nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, só como medida de opinião, nós poderíamos aprovar esse requerimento. Porém, para ser marcada a data, aguardar um pouco, porque o Secretário da Receita está encaminhando pra nós os documentos da fiscalização que foi feita na Panarello.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Poderemos fazer isso, sem dúvida. Há um requerimento da Vanessa Grazziotin, solicitando encaminhamento ao Sr. Procurador Regional dos Direitos do Cidadão da documentação dessa empresa Labnew — Indústria e Comércio, recebida nesta Comissão. Eu acho que encaminhar não há nenhuma oposição. Tem um requerimento meu aqui solicitando que nós ouçamos aqui, na CPI, o Secretário de Saúde do Rio de Janeiro e aqueles laboratórios e distribuidoras que participaram daquela concorrência, que ofereceu produtos por 4% do preço de mercado. Eu acho que nós precisávamos ouvir isso, porque a nossa CPI é preços de medicamentos. Então, eu estou propondo que a gente faça uma audiência com isso. Se ninguém tiver oposição, eu considero aprovado. Eu tenho aqui, e vou prestar esclarecimento, o requerimento do Deputado Arlindo Chinaglia solicitando serviços do Banco Central e da Receita Federal; do mesmo Deputado, sobre o Ministério Público; do mesmo Deputado, sobre o Ministério da Saúde e Agência Nacional; do mesmo Deputado, sobre a Polícia Federal; e do mesmo Deputado, sobre Tribunal de Contas da União. Eu queria dizer aos senhores, primeiro, que já se encontram trabalhando com a gente assessores, que eu pedi, do Banco Central do Brasil. Não tenho da Receita porque a Receita acha que está coberta, que não pode nos dar porque os funcionários perderiam e ainda não se dignou a designar relatores. Eu não fiz contato com o Ministério Público ainda, mas poderei fazê-lo. Do Ministério da Saúde e da Agência da Vigilância Sanitária, já se encontram pessoas trabalhando. A Delegacia de Polícia Federal deverá mandar um Delegado, a partir de hoje, prestar assistência direta à Comissão pra prestar informações e tomar rápidas providências e informações. E nós estamos oficiando ao Tribunal de Contas também. De forma que acho que nós já temos aí uns oito a dez assessores, que começaram a produzir os primeiros trabalhos e que, na primeira reunião que nós fizemos reservadamente, se aprovada a idéia do Deputado Alceu Collares, que eu vou submeter daqui a pouco, nós poderíamos fazer um balanço dos trabalhos que esses assessores estão fazendo e os documentos. Esse cruzamento de ontem, por exemplo, quando eu apresentei esse dado de um laboratório que teve aquela matéria-prima, enquanto o Farmanguinhos compra por 190, ele está pagando 4.500 em Porto Rico, é uma informação de um pedido de informação que já tá sendo

cruzado, mas cuja cópia desses dados os senhores já estão tendo em mãos. Então...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu tenho o requerimento. Eu não tô conseguindo localizar aqui no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço que a assessoria da Comissão ajude a localizá-lo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É um requerimento propondo a convocação, por esta CPI, a requisição, melhor dizendo, de funcionários da Receita Federal e do Banco Central. V.Exa. já informou que o Banco Central já cedeu, mesmo que, segundo estou entendendo, extra-oficialmente, e que a Receita não tem se disposto, até este momento, a. ..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Fiz uma visita pessoal.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero solicitar a V.Exa. que submeta os requerimentos à votação, porque, na medida em que submeter os requerimentos à votação, nenhum órgão pode se negar a colocar à disposição da CPI os técnicos, e sem esses técnicos dificilmente nós vamos ter condições de fazer análise dos documentos. Eu não sei a opinião do Deputado Arlindo Chinaglia sobre os requerimentos de sua autoria, mas eu tenho um requerimento propondo a requisição de funcionários do Banco Central e da Receita que eu gostaria de ver votado, porque, em sendo votado, a Receita nem o Banco Central, nenhum outro órgão pode se negar a fornecer os funcionários para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Farei oportunamente o requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Presidente, só pra informar o Deputado Magela que esse requerimento pedindo todas essas convocações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Já foram aprovados.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - ...já foi aprovado. Eu não sei se providências foram tomadas no sentido de trazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Alceu, eu officiei duas vezes ao Secretário da Receita sobre esta matéria, e o Secretário da Receita contentou-se em designar um assessor seu para acompanhar os trabalhos da Comissão. E eu, inclusive, convidei-o para participar de uma reunião de

assessores do meu gabinete. Depois, quando senti que ele era assessor do Secretário e não nosso, afastei das reuniões. Hoje, ele é um assessor do Secretário que participa, que presta informações, traz os ofícios, leva ofícios, mas não é assessor.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Nós precisamos de um técnico, não é de assessor.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esse assunto eu gostaria de deixar para nós resolvermos numa outra oportunidade, entendeu, porque está dando problema. O Secretário afirma que, legalmente, não está obrigado a nos dar assessores, e que mais, os seus funcionários perderiam vantagens financeiras.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Então, V.Exa. pode contratar técnico especializado pra isso. A Comissão é que não pode dispensar a presença de um especialista nesse campo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Alceu Collares, a Assessoria da Câmara dispõe de funcionários que foram funcionários da Receita e que se transferiram pra cá. Estou procurando suprir com pessoas especializadas na mesma área de tributação que assessoram a Câmara. E, então, aí vamos fazer uma avaliação como sair dessa (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, pela ordem.

SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu acho que na nossa reunião reservada dá pra fazer isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. leu alguns requerimentos de minha autoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... e, depois, o senhor deu uma explicação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Considerei aprovados.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ah, o.k. Era esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Considerei aprovados porque muitos estão prejudicados e os outros dois nós faremos um contato, O.k.? Considerei aprovados.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Vicente Caropreso solicita encaminhamento, ao Conselho Federal de Medicina, de denúncia recebida pela CPI para manifestação daquele órgão. Acho que não tem nenhum problema, né?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Luiz Bittencourt solicita seja convidado para depor o Presidente da Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico e o Sr. João Franco de Godoy. Há outros requerimentos, como um outro do Deputado... do Deputado Perondi, também nesse mesmo sentido. E é naquela linha dos distribuidores. De forma que, se não houver restrições, vou considerar aprovado esse requerimento.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quantos nós vamos chamar dos distribuidores? Quantas pessoas? Não vamos amarrar hoje, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esses que nós aprovamos agora, que devem ser uns três ou quatro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Também do Deputado... Ah, sim, pela ordem, V.Exa. com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu queria que V.Exa, se possível, consultasse se é de consenso ou não um requerimento de minha autoria, que eu peço pra encaminhar ao Ministério Público as declarações feitas pelo Sr. Aparecido, do famoso BO, que está... E outro requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pediria a V.Exa, Deputado, que me permitisse de eu concluir, e eu imediatamente dou a palavra a V.Exa. pra sugestão de V.Exa. Também tem requerimentos, eu não sei onde se encontram os requerimentos 79 e 80, peço que o Sr. Secretário possa fornecer em que volumes, se A, B ou C, se é III, ou II, ou I, mas é um requerimento do Deputado

Alceu Collares que solicita convocação de reunião reservada, a fim de que se aproveite o material existente e se adote uma metodologia. Acho que a metodologia tá (*ininteligível*), mas acho que uma reunião reservada pra discutir assuntos internos, só espero que os Srs. Deputados, em aprovando-a, mantenham. Porque, depois, acontece sempre que os Deputados: "Não, mas a imprensa tem que ouvir e tudo mais etc". Não vamos tomar uma decisão agora e, depois, o Presidente da CPI ser o carrasco. Seria uma reunião informal dos Deputados...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu não tô pedindo informal, tô pedindo uma na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Forma regimental. Então, está em votação. Se ninguém tiver nada, está aprovada.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - (*Ininteligível*) aprovar, não aprova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O requerimento deste Presidente solicitando seja encaminhada representação ao titular do Direito Econômico do Ministério da Justiça, pedindo a instauração de processo administrativo, nos termos do art. 30 da Lei nº 8.884, com vistas a apurar indícios de infração de crime contra a ordem econômica e a prática abusiva contra o consumidor por parte dos laboratórios que participaram daquela concorrência do Rio de Janeiro. Eu acho que esta é uma providência que pode nos ajudar a recolher subsídios sobre aqueles procedimentos. Se ninguém tiver nada a opor, eu vou dar sequência. Laboratórios e distribuidores que participaram da concorrência da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Bom, esses seriam os requerimentos. Eu tenho um bloco de requerimentos de quebra de sigilo, que isso, evidentemente, eu penso que devemos analisá-lo (*ininteligível*.) Deputado Robson Tuma, V.Exa...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, há dois requerimentos que eu queria saber se V.Exa. poderia consultar se há consenso. Um é pedindo, de minha autoria, pedindo para encaminhar ao Ministério Público as cópias das notas taquigráficas sobre o depoimento do Sr. Aparecido Bueno Camargo, que é o do BO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Consulto os Srs. Deputados. Eu considero que este assunto não está ainda concluído, porque nós designamos esta Comissão que vai ao Paraná para, em caráter reservado e sigiloso, eu diria, ouvir esse senhor, porque o Sr. Aparecido, eu dei conhecimento

aqui de um requerimento em que foi sugerido pelo Deputado Zuppo de uma carta que eu recebi. Cadê aquela carta?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu recebi, o senhor encaminhou cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E que o Deputado Alceu se subordinou, de forma que é uma briga dentro do mesmo partido, mas o problema é o seguinte...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois é. Então, mas eu resolvi, assim mesmo, tendo as...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - (Ininteligível)... interferência que nós recebemos com bom grado. Mas provavelmente possa até prejudicar o seu partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não estou fazendo nenhuma interferência, mas dizendo que tentando colher, apesar desta divergência, o sentimento...

(Intervenções inaudíveis.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pedi à Comissão que vai ao Paraná para ouvir o Dr. Aparecido, para ver se ele quer sair dessa enrascadela em que se colocou, uma hora afirmando e denunciando o BO, outra hora recuando. Então, esta Comissão vai dar a oportunidade que ele preste um serviço ao País, o País está precisando, e que ele se disponha a fazê-lo.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu não sei se esse requerimento de V.Exa. não seria votado **a posteriori**.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu acho, Sr. Presidente, eu acho que independe. Eu acho que o requerimento do Deputado Robson Tuma pode ser dado prosseguimento, até porque não vai influenciar em nada. O Ministério Público teria as notas taquigráficas, eu acho que não teria nenhum problema. Eu acho que não teria problema de aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Eu entendo que se lá surgirem fatos novos ele pode anular um depoimento desse.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, existe algum empecilho por parte de V.Exa. de eu fazer parte dessa diligência, já que estarei no Paraná?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas de... Inclusive, conversei com o Deputado Robson Tuma, todos os Deputados, ontem eu anunciei que todos estão convidados. Aqueles que desejarem, fazendo parte ou não da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não há impedimento nenhum, se V.Exa. desejar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, eu acredito o seguinte: como meu requerimento é no sentido exatamente de mandar ao Ministério Público, porque o Sr. Aparecido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Sr. Relator tá me dizendo que é segunda-feira de carnaval. V.Exa. não tem nenhum...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não? Então, tá bem.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não sou um folião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tudo bem. Bom, eu pergunto, eu pergunto...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Como o meu requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... V.Exa. mantém o requerimento? Deseja que eu coloque em votação?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Como o meu requerimento se trata...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Olha, como V.Exa. quer, sim ou não?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Deixa, eu posso dar uma explicação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como V.Exa. pergunta: quer que eu vote ou não?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O requerimento está sobre a mesa, V.Exa., por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, V.Exa. mantém, diante disso?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O requerimento está sobre a mesa. Eu tentaria dar uma solução pro problema, mas, então, já que a resposta é sim ou não, é sim, eu mantenho o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, o requerimento, se nenhum Deputado... *(Pausa.)* Aprovado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, numa reunião passada, eu havia pedido vistas e suspensão de votação de um requerimento do Exmo. Sr. Deputado Fernando Zuppo que fazia sugestões às câmaras municipais e às Assembléias Legislativas de instalação de grupos, comissões ou similares para continuar analisando esse tema. Este requerimento ficou em suspenso e eu quero solicitar a V.Exa. que ele retorne como consensual à pauta, porque as objeções que eu tinha sobre o requerimento, eu já as superei. Então, gostaria que ele voltasse à pauta como consensual de minha parte. E gostaria de fazer uma solicitação a V.Exa. Há dois requerimentos de minha autoria que eu considero não ter divergências sobre eles. Eu estou aqui com o Bloco 3-A, eu não sei se devo chamar assim, mas 3-A, em que o item 13 convoca o Sr. Secretário de Fazenda do Distrito Federal e o Sr. Presidente do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal, que é aquela elevação de alíquota que, conseqüentemente, trouxe elevação de preços dos medicamentos. Então, eu acho que é oportuno ouvi-los, senão no pleno da Comissão, Sr. Presidente, a partir de uma subcomissão, se este for um sistema que possamos adotar. Gostaria também de solicitar a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. sugere ou o plenário ou uma Subcomissão.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos aprovar, então, e V.Exa. assumiria a Subcomissão, talvez, ou então ouviríamos o Plenário. Vamos considerar aprovado. Ninguém tem objeção, não. Resolvido esse problema.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Obrigado. Com relação ao outro item, Sr. Presidente, muito rapidamente, depois fica pendente para V.Exa. decidir, o do Deputado Fernando Zuppo sobre a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É o item 26 dessa mesma pauta, que convoca os representantes dos laboratórios, daqueles 21 laboratórios, sobre a questão de formação de cartel. Já ouvimos aqui o representante do Janssen-Cilag, mas não ouvimos os demais. Eu considero que, ou através de Comissão plena ou de Subcomissão, novamente, nós deveríamos ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não tenho nenhuma objeção ao requerimento. Se nenhum Deputado tiver, nós vamos fazê-lo. Agora, teremos que, que...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado Alceu Collares.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Já há um requerimento nosso aprovando, no dia 10/02/2000, aprovando a ida da Comissão nestes laboratórios, acompanhado do Ministério, da Receita, da Polícia Federal. Dos 21... Há um outro requerimento que foi aprovado há muito tempo, assinado pelo Deputado José Linhares e por mim, a respeito de uma denúncia feita com relação a laboratórios que vendem com preços abusivos às Santas Casas, inclusive com as notas de compra, com as firmas devidamente reconhecidas. Então, eu pergunto a V.Exa., no primeiro caso, se não está prejudicado o requerimento que o nobre Deputado Magela está fazendo, tendo em vista que anteriormente já foi aprovada **in loco** a visita da Comissão — eu tenho o requerimento e a aprovação de V.Exa. aqui. E se alguma medida foi tomada com relação ao requerimento do Deputado José Linhares, comprovando que, de janeiro a dezembro de 1999, preços de remédios e medicamentos vendidos às Santas Casas são extrapolantes nos seus preços, chegando a 173%. Que medidas e que providências são tomadas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quanto ao requerimento dos hospitais, eu acho que o Padre Linhares é o Sub-Relator desta Comissão e que dirige essas diligências. Eu estou prontíssimo a encampar qualquer diligência que seja solicitada nesta matéria.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - A diligência está... Ele faz a prova; ele denuncia o crime que está acontecendo. Eu acho que cabe à Comissão, através da sua Assessoria Técnica, tomar as medidas para apurar imediatamente, ir às

consequências disso. Mas voltar ao autor do requerimento, eu, pelo menos, me sinto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu gostaria de ouvir o autor. V.Exa. também é autor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Nós fomos autores...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Ele é denunciante e fiscaliza.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Nós fomos autores do requerimento logo no início, já que essa Comissão trata especificamente de abuso de preço de medicamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E material hospitalar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - ... e material hospitalar. Então, nós evidenciamos, através de notas fiscais, subidas de medicamentos de até 178%. E trouxemos as notas, o nome do laboratório e entrarmos com requerimento agregando essas notas fiscais, que formaram um dossiê relativamente alentado e comprovado, porque as notas fiscais foram devidamente registradas em cartório. Então, nós queríamos, era a intenção nossa, que esta Comissão descesse até esses laboratórios, naturalmente com os instrumentos legais possíveis, para que nós verificássemos **in loco**, já que nós estamos tratando de extrapolação de preços de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. sugere, então, uma Subcomissão com esta função? No caso do Rio de Janeiro, onde a situação foi muito mais dramática, porque os preços baixaram de 100 para 4, nós estamos pedindo para a SDE estar fazendo uma representação em nome da Comissão, foi aprovado agora, para que a SDE instaure o competente processo. Nada impede que neste caso a gente adote o mesmo caminho ou então designe uma Comissão. Como V.Exa. deseja?

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Não, eu penso que uma Comissão, ela de certo modo ilustraria bastante a esta nossa Comissão, já que nós temos fatos bem concretos. Nós não temos levantamentos, digamos assim, genéricos ou conjunturais, nós temos é nota fiscal, temos prova real.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bem. Deputado Linhares, eu vou propor o seguinte: que seja aprovada a sugestão de V.Exa. e V.Exa. haveria de me sugerir, juntamente com o Deputado Alceu Collares, que é o

subscritor, A Comissão para fazer essa diligência, fazer essa diligência em nome da Comissão.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas só pode ser com o Ministério Público, só pode ser com grande assessoria, Sr. Presidente. Nós, eu não tenho condições, eu sou autor da denúncia, o Deputado é autor da denúncia. Como é que ele passa a ser, ao mesmo tempo, o investigador? É a Comissão que tem que tomar as providências capazes de ter grupo de técnico altamente especializado para verificar ou então mandar para o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas a Comissão tem. O problema é que tá comprovado o fato, não tem mais nada a investigar, está comprovado que vendeu mais barato.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas a CPI é independente, autônoma, ela não pode entregar a investigação dos fatos denunciados para órgãos do Governo, porque o Governo também tem erros nesse processo de fiscalização. É o Ministério Público que tem que ser acionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. sugere que se remeta ao Ministério Público?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não, eu acho que é natural da Comissão, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos remeter ao Ministério Público esta representação.

(Não identificado) - É eu acho que a representação seria mais bem encaminhada ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bem, faremos isso. Sem prejuízo para outras providências que julgar conveniente.

(Não identificado) - Para outras providências, combinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou decidir o seguinte: V.Exa. falou no requerimento do Deputado Zuppo que sugeria que as Assembléias Legislativas viessem a constituir CPIs, à semelhança desta CPI. Naquela oportunidade, nós aprovamos a sugestão que as Câmaras de Vereadores fizessem levantamentos e subsidiassem com fatos que merecessem providências esta Comissão. Estas providências já foram adotadas, já foram enviadas cinco mil e tantos expedientes às Câmaras de Vereadores, algumas, até por antecipação, já se manifestaram mais no sentido de aplaudir o trabalho desta CPI do que

propriamente denunciando. Agora, tendo em vista que V.Exa. devolve o pedido de vista com parecer favorável, sugeriria ao Deputado Zuppo que a idéia de sugerir as Assembléias que façam a CPI me pareceu um pouco pomposa. Eu acho que caberia um ofício solicitando que as Assembléias nos ajudassem da forma que entendessem adequado. Participei, na segunda-feira, lá em Santa Catarina, sob a coordenação do Deputado Caropreso e com a participação também do Deputado José Carlos Vieira, de uma reunião da Comissão de Saúde, com o Presidente da Assembléia, onde foram ouvidas todas as entidades do Estado. E creio que até oportunamente o Deputado Caropreso poderá fazê-lo. Quer dizer, eu gostaria talvez de ser um pouco, deixar à critério da Assembléia, através de CPI ou através de Comissão Especial, ou através de órgão especializado fazer esse levantamento. Mas eu dou a palavra ao Deputado Zuppo.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Sr. Presidente, só pra... V.Exa. não precisa do meu socorro, mas para garantir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Preciso, sim, sempre. V.Exa. que não quer reconhecer isso.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - ... a V.Exa. que está no caminho certo, a Jussara Cony, a nossa Deputada guerreira no campo da defesa da saúde, está providenciando requerimento para convocar a Comissão, chegar até à Assembléia Legislativa a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É, lá não é só a Jussara, é a Maria do Rosário também, ambas, aquelas mulheres do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Primeiro eu agradeço a gentileza sua de conversar comigo antes da reunião sobre essa sua proposta. Conversei com o Deputado Geraldo Magela, ele também entende que seria um caminho melhor, e eu concordo com essa modificação e solicitaria à V.Exa. que modificasse no próprio requerimento, pra que nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bem. Então, considero aprovado o requerimento. Esgotada a pauta desta primeira reunião, vou encerrá-la...

(Intervenções paralelas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós temos que votar outro requerimento. Pela ordem, Deputado Magela. Logo dou a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Só para confirmar, o item 26 — tá sem som aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não é por culpa minha. De vez em quando é.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Alô? Pessoal do som aí, por favor. Eu queria só confirmar de V.Exa. a aprovação do item 26.

(Intervenções paralelas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu considero... É verdade, esse assunto não tá resolvido. O Deputado Alceu — eu pediria a atenção dos colegas —, o Deputado Alceu ponderou, e eu lembro bem que na oportunidade da aprovação daquele requerimento o Deputado Relator ficou de fazer com o autor o roteiro para esses trabalhos. E eu não recebi esse roteiro ainda. Eu vou considerar...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu ainda não fui convidado pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sê-lo-á.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Quando ele me convidar eu vou, eu não posso me oferecer em relação ao...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, deixa eu dizer o seguinte: eu vou propor que a gente aprove o requerimento do Deputado Geraldo Magela e nos reunamos aí com o Relator, Deputado Alceu e Deputado Magela, pra fazer o roteiro desses trabalhos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, eu gostaria de saber exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O requerimento 26 diz o seguinte...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É aquele do Padre Zezinho, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu fiquei responsável por aquele. Os dois são co-autores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, não. V.Exa. ficou responsável... Não. Lembra-se, o Deputado Alceu Collares havia sugerido um

requerimento, que foi votado com uma emenda sua, de que se aprovasse. Ele propõe uma visita a esses laboratórios acompanhados de promotores, polícia etc.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eminente Presidente, não é visita, é investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Investigação.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estou tentando amenizar.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Uma visita investigatória.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - V.Exa. é muito suave nas suas manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - De vez em quando.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Infelizmente, somente de vez em quando. Eu queria sê-lo mais vezes. Mas deixa eu concluir, deixa eu concluir. E o Deputado Ney Lopes sugeriu que se aprovasse o requerimento, mas que ficasse subordinado ao roteiro que autor e Relator fariam. Isso não foi resolvido. Bem, há um requerimento aqui, Deputado Relator, do Deputado Magela que solicita sejam convocados todos os dirigentes daqueles laboratórios. Então, eu submeteria à aprovação, juntamente (*ininteligível*) para que a gente depois elaborasse o roteiro de trabalho de V.Exa. e dos autores.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria saber se é sobre esta matéria.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - É sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, sobre esta matéria? Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Eu só queria o esclarecimento se esse requerimento convocaria, ao mesmo tempo, os representantes dos vinte e um laboratórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A gente poderia trazer três, quatro por sessão.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, a proposta, inclusive, é que possam ser ouvidos, se a Comissão entender assim, até por proposta do Relator, em Subcomissões. Eu acho que...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - É isso que eu queria sugerir.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... devemos até trabalhar mais em Subcomissões. Então, podemos discutir com o Relator e fazer isso em Subcomissões.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Era essa a sugestão que eu queria fazer, Sr. Presidente, até porque nesta altura, nós estamos com sessenta dias só, e se pudermos otimizar os trabalhos subdividindo a Comissão, seria o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu sou inteiramente a favor disso, mas vou requerer que as Subcomissões trabalhem nos fins de semana. Terça, quarta e quinta, não vou abrir mão do funcionamento da Comissão. Estamos entendidos? Aprovado o requerimento.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - V.Exa. podia submeter à Comissão essa decisão que V.Exa. tomou sozinho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Submeto à Comissão a idéia de...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu quero aprovar a idéia de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...realizar sessões permanentes terça, quarta e quinta.

(Não identificado) - A não ser em casos extraordinários, não é Presidente?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Inteiramente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Inteiramente de acordo. Obrigado a V.Exa. e obrigado pelo apoio unânime de todos.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Primeiro o Deputado Rosenmann, que havia pedido primeiro a palavra.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - É muito rápido. É só para incluir mais um medicamento para ser encaminhado ao Adolfo Lutz para verificação da legitimidade. Eu trouxe de Curitiba ontem uma denúncia e gostaria de incluir. Foi votado aí uns medicamentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é o medicamento?

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - É Ranitidina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ranitidina? De que laboratório.

(Não identificado) - Ranitidina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos ter que fixar bem o laboratório, porque essa Ranitidina é...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Neozac.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hein?

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Neozac Química.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - José Carlos Vieira com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - De forma muito suave, mas muito veemente, Sr. Presidente, eu queria ter a oportunidade de defender um requerimento, de número 71, mas eu queria saber quando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Numa outra reunião.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Não pode ser hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não sei... Eu pediria a compreensão dos Deputados que nós... O 171?

(Não identificado) - Qual é o tema?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Setenta e um. O tema é o seguinte. Ontem, vejam os senhores, eu conversei aqui com o Deputado Arnaldo Faria de Sá de que nós temos a responsabilidade nesta Comissão não só de debater assunto de preços etc, mas de também formular uma política para medicamentos...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Correto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - ... principalmente para as famílias que não têm condições de aquisição de medicamentos. Conversei com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é o Sub-Relator desse tema — política de medicamentos — e ele concordou comigo que nós precisamos estudar o caso dos medicamentos alternativos, fitoterápicos, dos quais a nossa flora é muito rica. O País tem n medicamentos que estão sendo utilizados há muitos anos e que não têm

ainda a sua eficácia comprovada. Pois bem, Deputado Arnaldo, ontem à noite, no **Jornal da Globo**, a Lílian Witte Fibe anunciou que a Inglaterra aprovou um medicamento para combate ao câncer de pulmão e ao câncer de mama, um medicamento extremamente barato, derivado de plantas e que aqui no Brasil também nós teríamos esse tipo de planta. Na Inglaterra, ele está aprovado cientificamente e está sendo agora distribuído às famílias carentes para utilização. Portanto, o meu requerimento trata exatamente da convocação dos Drs. João Batista Calixto, Professor da Universidade de Santa Catarina, do Professor Gilberto Nuce, Professor da USP, e Lauro Moreto, também professores da USP, e Elisaldo Carlini, professores que têm muito a contribuir com o assunto da política de investigação e aprovação de medicamentos alternativos e fitoterápicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado José Carlos Vieira, eu pretendo prestar um esclarecimento. Eu fui procurado por entidade que representam os laboratórios fitoterápicos, mais precisamente do Paraná. A minha idéia era um dia fazer uma reunião entre os laboratórios que produzem isso, alguns técnicos e a Agência de Vigilância Sanitária, porque parece que o problema incide exatamente na regulamentação da produção etc. dessa matéria. Então, quer dizer, compreende? Eu queria ser bem prático nesse sentido. Por isso, eu gostaria de analisar mais profundamente com todos os Deputados, pra não fazermos uma série de reuniões e fazermos uma reunião produtiva, conciliadora, porque esta CPI tem o nome de CPI, tem os poderes de CPI, mas ela não perde o direito de construir soluções, não só de denunciar. Então, eu queria submeter a V.Exa. De acordo, Deputado Vieira? Então, votaremos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, rapidamente sobre o assunto, só pra comunicar a V.Exa. e aos demais colegas que essa semana foi publicado já no **Diário Oficial** da União a regulamentação sobre os fitoterápicos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Era exatamente isso que o Paraná andava à procura. Então, nós podemos fazer um debate, oportunamente, pra ver se esta legislação publicada, essa regulamentação atende aos interesses da produção e poder fazer uma análise, entendeu, tá Deputado? Então, votaremos.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Ilustre Presidente, por último, pra encerrar, Presidente, pra não aborrecê-lo demasiadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, tem a palavra, me pediu a palavra o Relator e o Deputado.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Pois não. Eu estou requerendo porque outro dia eu fiz uma formulação à Presidência e ao nobre Relator e obtive do nobre Relator Ney Lopes a informação de que toda a documentação, todas as denúncias, todos os instrumentos de que a Comissão dispõe hoje pra tentar atingir os seus objetivos estão sendo devidamente avalizados, avaliados por uma assessoria de confiança integral do Relator, como deveria ser, mas que, em princípio, estariam mais ou menos como que impedidos os Deputados de tomarem conhecimento desta documentação, a não ser no Relatório — a não ser que eu tenha entendido mal —, a não ser no Relatório final. Eu me lembro que o nobre Relator chegou a dizer: "No dia, vocês votam a favor ou votam contra". E eu, inconformado com isso, estou pedindo, em nome do PDT, que seja aberta a possibilidade para que a nossa assessoria, a assessoria do PDT, possa ter condições de examinar, avaliar e tirar quantas cópias necessárias sejam para que a assessoria do partido possa examinar e, através da minha presença e do Deputado Fernando Zuppo, possamos tomar decisões ou encaminhar sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu primeiro esclareço e logo depois dou a palavra a V.Exa. Por parte da Presidência, todo e qualquer documento que chegue a esta Comissão — todo e qualquer documento — é imediatamente tirado cópia e a cópia é entregue a cada Deputado uma cópia. De forma que não tenho nenhum problema em fornecer a V.Exa. quantas cópias desejar de todos os documentos. Aqueles sigilosos, aqueles sigilosos, sim. Por regulamento interno, eu só posso franquear aos Srs. Deputados para consulta; eu não posso fornecer cópia, segundo estou informado pela assessoria. Não posso fornecer. Então, tem que ser consulta. Devo obedecer à lei, porque é entregue à guarda desta Secretaria. Então, dispõe V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Que documentos seriam esses tão sigilosos que o partido não pode deles tomar conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Toma, o Deputado toma conhecimento.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - E não pode ter cópia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, porque a cópia...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A cópia é um compromisso formal de ter uma cópia só.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas num País não pode ter documentos sigilosos, de tanta "sigilosidade".

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, é sobre o assunto, é sobre o assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas veja. A quebra do sigilo, ela implica nesse procedimento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas nós vamos quebrar o sigilo fiscal e o sigilo bancário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o problema... A quebra do sigilo não significa a idéia de que venha para cá. Por isso, Deputado, eu aproveito até para prestar esclarecimento a V.Exa. Eu adotei um critério de buscar informações junto aos laboratórios. Eles são obrigados a prestar, perante o Código Penal e os poderes da CPI, informações que eu posso divulgar. Eu não falei, daquelas informações que há pouco falei, não dei o nome do laboratório, podia dá-lo, porque ele as forneceu pra mim sem sigilo. Então, nós tamos buscando, em todos os laboratórios, dados que não sejam sigilosos. Agora, aqueles que vêm sob a capa da quebra do sigilo firmado por esta Comissão, eu estou obrigado a mantê-los num local adequado, onde qualquer Sr. Deputado da Comissão pode chegar lá e consultá-lo, tomar nota, fazer as suas... exames, anotar. Mas eu não posso tirar cópia. Eu posso, inclusive...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Um minutinho, nós precisamos esgotar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas é sobre o assunto. Eu gostaria....

(Não identificado) - É sobre o assunto também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou esgotar o assunto primeiro, Deputado, entendeu? V.Exa. tem a palavra, Deputada Vanessa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. Obrigada. Eu gostaria, porque eu também tenho a mesma preocupação do Deputado Alceu Collares. Só

que eu penso o seguinte: a matéria vem sob sigilo, caráter confidencial, obviamente que não pode ser distribuída aos partidos políticos, mas aos Srs. Deputados, na minha opinião, poderia, o sigilo repassado individualmente ao Deputado, que teria a responsabilidade de manter a matéria sob sigilo. Então, Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, que V.Exa. escrevesse um parecer, num parecer, o porquê que nós, os Deputados, não podemos ter acesso através de cópia, que eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A Resolução nº 29, de 1993, assinada pelo Deputado Inocêncio de Oliveira, de 4 de março daquele ano, diz o seguinte: "Os documentos no art. 16, os documentos sigilosos, não poderão ser copiados sem prévia permissão da autoridade que lhes atribui o grau de sigilo."

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas isso não é uma resolução da Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - A Constituição não fala isso, doutor. Ela não proíbe nada, tudo pode ser conhecido por uma CPI.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu volto a pedir o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu tô, eu tô... não...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Acho que V.Exa. poderia pedir um parecer da assessoria jurídica da Comissão, para que a gente pudesse discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu posso requerer o parecer, eu posso requerer...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu posso requerer um parecer, mas esta é a orientação da assessoria, do (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Presidente, eu vou recorrer à Comissão de Constituição e Justiça, inconformado com essa resolução da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não vai recorrer à Comissão de Constituição e Justiça, vai recorrer ao Presidente da Câmara. Das nossas decisões é senhor para decidir o Presidente da Câmara. Terei o maior prazer em encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Sim, mas a decisão dele, se não for de acordo com que eu penso, vou para a Comissão de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou dar a palavra do Relator, vou dar a palavra do Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu, com toda a certeza, Sr. Presidente, não me fiz entender e fui infeliz na resposta que dei ao eminente Deputado Alceu Collares, Parlamentar experiente, um ex-Governador de Estado, um homem de nível. E, por esta razão, pela maneira pouco clara, com certeza, como eu me expressei, foi o motivo principal da convicção de S.Exa., porque, se assim não fosse, S.Exa. não seria leviano ao ponto de colocar um questionamento, como fez, em torno da postura deste Relator. Então, a culpa é minha e eu peço desculpas a V.Exa., porque o real sentido da minha colocação, quando me referi aos consultores da Câmara dos Deputados, sim, que trabalham comigo, foi de que os documentos que chegam à Secretaria da CPI, quando permitidos pela regra interna da Casa, são tiradas cópias imediatamente e distribuídas com os meus Consultores para a elaboração do Parecer. Inclusive, com V.Exa. ausente, invoquei, e aqui o faço novamente, o depoimento do Secretário, que poderá dizer se houve um documento sequer que esta Relatoria retirou da Secretaria para ter uma reserva de mercado no acesso a esse documento. Eu não faria isso, até pelo senso de legalidade que eu procuro naturalmente pautar aos meus atos. De forma que eu atribuo, com toda a certeza, talvez até pelo calor do debate daquele dia, que eu me expressei mal, e quando eu disse que o meu relatório seria submetido para o "sim" e "não", foi no sentido de que eu não poderia prolatá-lo a conta-gotas nem por etapas. O Relator vai elaborando, não é nem o Relatório, as informações no computador, para, no momento próprio, proferir o histórico do seu voto. Só que este Relator, inclusive na ausência de V.Exa., acho que V.Exa. trouxe até uma contribuição à busca do objetivo que todos nós perseguimos, na medida em que levantou esse assunto, eu já anunciei que previamente, na hora que tiver um pré-estudo do Relatório, vou conversar com os companheiros, ou com os partidos, ou com os blocos, de maneira a encontrarmos e identificarmos previamente, como sempre faço quando tenho tarefa semelhante, aqueles pontos de discordância e aqueles pontos de concordância, e estabelecermos uma metodologia de encaminhamento em que os conflitos sejam previamente identificados, para que eles não se transformem em

verdadeiras batalhas campais, embora que verbais. Então, V.Exa., na medida em que levantou, argüiu esse assunto, trouxe essa contribuição, que eu até agradeço, permitindo que eu esclareça, com o testemunho da Secretaria, de que o acesso que tenho é por cópias xerografadas, transmitidas aos Consultores da Câmara — só trabalho com Consultores da Câmara dos Deputados —, que vão colocando essas informações, pontos de vista, sugestões de colegas, no computador, para, na hora própria, fazermos uma triagem. Portanto, espero ter esclarecido a V.Exa., para que não pare dúvida a esse respeito. Estarei sempre disponível para esclarecer se essas dúvidas perdurarem. Em segundo lugar, com relação ao acesso a essa resolução, que eu acho perfeitamente possível que V.Exa. recorra à Presidência da Casa e que a Comissão de Constituição e Justiça se debruce sobre esse tema, mas eu me antecipo em fazer uma observação. Existe uma responsabilidade individual ou coletiva da Comissão Parlamentar de Inquérito no que se refere ao aspecto civil, que ela está investigando o fato econômico. Nós temos uma imunidade constitucional que dá aquelas condições de consulta prévia à Casa no que se refere à responsabilidade penal. Responsabilidade civil, não. Todos nós, ou coletivamente, por uma decisão tomada, ou individualmente, poderemos ter contra nós uma ação cível para apurar prejuízos causados por dano à imagem, por lucro cessante, por aquelas situações que o Código Civil prevê. Isto é do ordenamento jurídico brasileiro. Certamente para, preventivamente, impedir que dados sigilosos com possibilidade de repercussão patrimonial ou civil fossem divulgados nas CPIs, é que foi editada e aprovada esta resolução. O que não impede que outra sistemática até possa ser sugerida. Agora, eu entendo, com o devido respeito, Deputado Alceu Collares, que no Direito brasileiro existe essa responsabilidade civil de nossa parte. Nós não podemos tudo, nós não podemos tomar dados sigilosos da Receita, do Banco Central ou de órgãos assemelhados e divulgá-los ao nosso bel prazer. O que nós podemos é fazer cruzamentos, identificar situações que possam ser tidas como ilícitas e aí, sim, incluí-las em relatório, nos nossos votos, encaminhar ao Ministério Público, apurar responsabilidades. Porque essa proteção não poderia ir ao ponto de impedir que um Deputado formasse um juízo sobre uma ilicitude. Mas a cautela certamente da Câmara dos Deputados com essa resolução é no sentido de não estabelecer uma regra ampla, uma divulgação ampla e irrestrita como pressuposto de dados absolutamente confidenciais, porque a Constituição do Brasil, no artigo 5º, que V.Exa., que V.Exa. conhece muito bem, sabe que, se não

me engano, no inciso X, ele estabelece que os dados, ou melhor, os elementos, as informações sobre dados, eles são invioláveis dentro da norma constitucional. Essa inviolabilidade, repito, não abrange de forma nenhuma, para que não se deturpe o meu raciocínio, que o Parlamentar não possa denunciá-lo. Nós quebramos sigilo, identificamos um fato criminoso, podemos denunciar, dar entrevista coletiva, levar para as televisões. Claro que sim. Agora, só depois de uma convicção sólida que se faça isso e, mesmo assim, nós podemos fazê-lo, mas nós somos passíveis da responsabilidade civil dentro da sistemática jurídica brasileira. Era esse o esclarecimento que eu gostaria de fazer.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Nobre Relator, eu recebo com humildade as lições de Direito que V.Exa. nos transmite com muita proficiência, com muita competência. E também recebo com muita humildade o mea-culpa que V.Exa. fez com relação à informação que nos prestou. Mas, ainda assim, eu insisto, nós estamos tratando de preços de remédio e preços de remédio não têm sigilo que alcança essa resolução. Nós vamos até o fundo verificar como é que a espoliação brasileira está... como é que está sendo feito a espoliação do povo pobre brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não há a menor dúvida, Deputado, por isso que pedimos a CPI. Tem a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, na seqüência, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Uma questão de... Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, são duas coisas. Primeiro, eu estou apresentando como requerimento, nos mesmos termos do Dr. Aparecido, mandar ao Ministério Público sobre os depoimentos do Ney Pauletto Júnior e do Sr. Nilson Ribeiro da Silva pelos seus depoimentos, a fim de que o Ministério Público possa apurar a característica da prática do crime previsto no artigo 4º, inciso II, da Lei 1.579, de 18 de março de 1952. E se possível, como já foi aprovado um, se votasse, como é o mesmo teor e pro mesmo órgão, se pudesse colocar em votação esse outro; se for de consenso, eu agradeceria. O segundo assunto, Sr. Presidente, V.Exa. hoje mandou cópia de vários ofícios que V.Exa. recebeu, como é de praxe de V.Exa. dar conhecimento a isto. E eu lendo, eu vi um documento assinado pelo Dr. Vítor Hugo Machado da Silveira, advogado de Minas

Gerais, representando o Laboratório Sidone, Indústria e Comércio Ltda. Entre outros aspectos que coloca aqui o nobre advogado, Sr. Presidente, só pra não passar em branco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pediria a V.Exa., porque essa é uma reunião pra nós tratarmos de requerimento. Nós temos mais duas sessões, Deputados, eu peço escusas a V.Exa, mas veja...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu vou encerrar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço a compreensão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ...só porque eu tive a informação que o nobre advogado mandou isso e disse que a Comissão estaria se justificando perante ao País pelas acusações que fizeram. Então, eu gostaria de dizer que não concordo, em hipótese alguma, sou Sub-Relator do assunto, ele não está sendo verdadeiro nesse ofício, porque existia medicamento com nome de outro laboratório com data que já não existia mais aquele nome. Enfim, e vários outros aspectos que mostram, sim, a irregularidade daquele laboratório em vários aspectos que nós já colocamos anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Deputado Iris.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, é sobre a questão do acesso aos documentos sigilosos. Isso é da quebra de sigilo bancário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu gostaria, Sr. Presidente, para que todos nós ficássemos sabendo das formas legais do acesso dos Srs. Deputados, que a Presidência e o Relator pudessem esclarecer bem o assunto, porque, Presidente, na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou distribuir a Portaria 29 para todos os Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Porque nós tivemos numa CPI anterior, Sr. Presidente, alguém, um Deputado que colocou os documentos que eram sigilosos e foi processado. E eu não quero correr esse risco de um documento sair daqui da Comissão. E nós todos seremos responsabilizados. Então, gostaria, Sr.

Presidente, que legalmente nós fôssemos informados de como nós teríamos o acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou submeter essa portaria, essa resolução aos Srs. Deputados e a sugestão que o Deputado Alceu, aliás, a questão de ordem que ele vai levantar, vou submeter ao Presidente da Câmara. Deputado Luiz Bittencourt, a palavra pra uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, se fosse possível, ainda nessa fase, tem três requerimentos que eu gostaria de serem apreciados pela Comissão. O primeiro deles já foi apresentado em 24/11, que prevê a contratação de uma assessoria independente, de uma auditoria independente, para que possamos fazer os levantamentos contábeis que serão necessários a partir de agora. Eu já conversei com o Presidente Michel Temer e ele se colocou à disposição de fazer esse investimento, se assim pudermos classificar. E eu estou vendo aí restrição por parte de órgãos governamentais na questão de apresentar funcionários que poderiam até colaborar com os trabalhos da CPI. Eu entendo que essa auditoria independente seria extremamente importante para os nossos trabalhos. E também, Sr. Presidente, se fosse possível, essa Presidência contactar com o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Federal de Economia para que nós possamos também absorver técnicos desses dois segmentos institucionais e contribuir para esse debate importante, principalmente na aferição de contas específicas na área contábil. Um outro requerimento também é um pedido de realização de uma diligência na cidade de Goiânia. No domingo passado, no domingo retrasado, o programa **Fantástico** trouxe uma matéria sobre medicamentos que estão sendo vendidos por camelôs, importados do Paraguai. Uma denúncia também gravíssima do SINDISAÚDE que representa os setores ligados a essa atividade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é o número do requerimento? Onde é que está? Porque a minha assessoria não me informa isso. Mas eu acredito que esse...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - O da assessoria independente é o nº 5-A, no Bloco A. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pediria a V.Exa. o seguinte: quanto ao primeiro requerimento, de contratar uma assessoria, eu preciso ver com os assessores que estão trabalhando as eventuais deficiências e aí trarei a

solução que eles apresentarem e conversarei com V.Exa. Agora, quanto a esse, eu não tenho a menor dúvida...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - O 64-A.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...de considerá-lo. O cinco, não, o...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sessenta e quatro b.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sessenta e quatro b. Deixa eu ver, Deputado, já... E quanto a esse da diligência, eu acho que, pela oportunidade, ele tem que ser decidido agora. Eu submeto aos Srs. Deputados e peço a V.Exa. que me indique os Deputados para fazer essa diligência. Considero, se não há nenhuma objeção, aprovado.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Posteriormente, eu indicarei os Deputados a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Concluindo, Sr. Presidente, existe também o requerimento 56, do Bloco B, onde eu sugiro a esta Comissão para que nós possamos fazer uma audiência com o Sr. Presidente da República, até porque manifestadas vezes nós já ouvimos aqui de funcionários do Governo Federal da incapacidade que eles têm de proceder ações e, o que é mais grave, o Presidente, aliás, o Diretor da Receita Federal dizer que não pode colocar servidores à disposição desta CPI. Eu vejo que há contradições entre o Ministro da Saúde, o Ministro da Fazenda e nós precisamos, a CPI, perceber, pelo menos, qual é a visão que o Presidente da República tem dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos aqui. E nada mais oportuno do que fazermos, então, uma audiência com o Presidente para tratarmos de assuntos relacionados a esses problemas todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou considerar a sugestão de V.Exa., se nenhum Deputado tiver objeção, eu vou tentar fazer um contato sobre o desejo que a Comissão tem de ter uma interlocução com o Sr. Presidente da República, tá? Vou considerar como uma sugestão ao Presidente para fazer esses contatos. Notoriamente não cabe uma resolução da Comissão de marcar uma audiência, porque depende da outra parte. Nós não podemos convocar o Presidente, mas eu vou tomar providências, tá?

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - O requerimento é nesse sentido: se a Comissão pudesse marcar, caso houvesse interesse do Presidente, uma audiência para que pudéssemos tratar de assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bom. Vou tomar as providências. Tem a palavra o Relator, como o último orador, para começarmos a outra reunião.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer duas propostas sobre a forma de requerimento da Comissão. Duas visitas, duas diligências: uma a Recife, onde funciona um laboratório oficial com um bom nível, de boa qualidade. Inclusive, em caráter informal, já consultei o Secretário de Saúde de Pernambuco e ele tem toda a boa vontade em nos receber e eu acho que como certamente o marco regulatório que nós vamos sugerir serão esses laboratórios, era importante que a gente visse alguma coisa também no Norte e Nordeste — primeiro. Segundo, também uma visita em entidades não oficiais, mas ONGs que existem estudando a Amazônia, planta da Amazônia. Eu já me informei com Parlamentares de Manaus e do Amazonas que existem estudos, pesquisas no sentido de analisar o potencial farmacológico da Amazônia e que também eu antecipo que o Governo do Amazonas terá muito prazer em receber essa Comissão caso seja definida, evidentemente, uma visita da forma como eu estou propondo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, um minuto a V.Exa. Sobre a matéria?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Dentro do tema que o Relator levanta, nós temos uma unidade de farmacologia clínica lá no Ceará, na Universidade Federal do Ceará, no curso de medicina, que está capacitada e credenciada pra fazer os exames de bioequivalência e biodisponibilidade lá naquela unidade. Então, o requerimento 55 solicita o encaminhamento dessa CPI, alguns membros, uma subcomissão dessa CPI ao Ceará, para conhecer essa unidade e fazer gestões, já que esses testes estão sendo centralizados muito em São Paulo e nada melhor do que descentralizar para agilizar a entrada desses genéricos no mercado com maior rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bem, eu vou submeter aos Srs. Deputados a idéia, que seria, então, o requerimento do Deputado Sérgio

Novais, de nº 55, que é uma visita ao Ceará, com o requerimento do Deputado Relator de uma visita a Pernambuco — aliás, o Secretário da Saúde me falou também — e à região de Manaus. Eu peço depois que nos informem os dados, para que a Secretaria possa fazer os contatos e a gente vai decidir da oportunidade. E vamos também avaliar os efeitos da visita da Comissão, porque nós precisamos ter uma visita consistente, que produza resultados, como aquelas que até agora, no meu entender, nós fizemos. Então, se não houver objeção, está aprovado.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu queria pedir aos Deputados compreensão, que nós devíamos ter entrado, mas tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, é só pra fazer uma emenda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esse já tá aprovado, não tem mais emenda. Se V.Exa. tem uma sugestão.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Uma sugestão, então. Já que vamos a Pernambuco, e é meu Estado, eu gostaria só de sugerir, porque há uma denúncia encaminhada à Comissão pelo Conselho Regional de Farmácias de Pernambuco com relação a medicamentos que estão vendidos com descontos por parte das farmácias em Pernambuco. Então, eu gostaria que, nessa visita, também pudéssemos fazer, talvez, uma audiência junto com a Assembléia Legislativa, que está investigando esse assunto, já que vamos a Pernambuco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero que V.Exa. me forneça mais dados a respeito disso, então, Deputado Salatiel.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Arlindo Chinaglia havia pedido.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, é uma mera sugestão. Como, felizmente, foi aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se V.Exa. permite, eu quero saudar a presença aqui do Deputado Heráclito Fortes, que é o Vice-Presidente da Câmara, cuja presença honra sobremodo, e o convido a participar à Mesa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nos somamos à referência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, como foi uma proposta do Sr. Relator e outra do Deputado Sérgio Novais, talvez fosse o caso de, se possível, fazer-se como plano de trabalho, numa única viagem, que não seja de um dia, que seja de dois dias, ou até mesmo três dias, para que se faça, digamos, o roteiro por inteiro e que a gente pudesse organizar aqueles que tivessem interessados. Então, que fosse feito com algum prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não, Deputado, aceito a sugestão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, sobre o assunto, ainda, da proposta do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom, Deputada Vanessa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...da proposta do Relator da diligência, da visita ao Estado do Amazonas, eu me comprometo, já me comprometi junto ao Relator de levantar não só as ONGs, mas as instituições públicas que desenvolvem pesquisas relativas à medicamentos, para que possamos fazer um planejamento da ida da Comissão que, penso, será extremamente positivo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Designo os Deputados Luiz Bittencourt, Robson Tuma, Vanessa Grazziotin, sob a coordenação do primeiro, para as diligências requeridas na cidade de Goiânia. Senhoras e senhores, vamos encerrar esta reunião.